

**feam**FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTEF E A M  
PROTOCOLO Nº 414866/2006

DIVISÃO: Disan

DATA: 25/07/06

Parecer Técnico DISAN 414866/2006  
Processo COPAM 11919/2005/001/2005**PARECER TÉCNICO DISAN Nº 414866/2006****Empreendedor:** Prefeitura Municipal de Água Comprida  
**Endereço:** Praça Carolina de Almeida, 6**Empreendimento:** Depósito de Lixo**Classe:** 01 – DN 74/04**Localização:** Fazenda Quati**Atividade:** Disposição final de resíduos sólidos urbanos**Município:** Água Comprida**AUTO DE INFRAÇÃO Nº 15017/2005****Infração:** Leve e Gravíssima**HISTÓRICO**

- 30-11-2004 – realizada vistoria para verificação do cumprimento da Deliberação Normativa do COPAM DN 52/2001.
- 01-08-2005 – lavrado o Auto de Infração nº 15017/2005, encaminhado à Prefeitura por meio do OF. DISAN/Nº 572/2005.
- 28-09-2005 – protocolada a defesa da Prefeitura ao Auto supracitado.
- 09-05-2006 – realizada vistoria para verificação das informações prestadas.

**1 – INTRODUÇÃO**

A Deliberação Normativa COPAM 52/2001 estabeleceu em seu art. 2º, que todos os municípios do Estado de Minas Gerais, num prazo máximo de 6 (seis) meses a partir de dezembro de 2001, estavam obrigados a minimizar os impactos ambientais nas áreas de disposição final de lixo, devendo implementar requisitos mínimos, até que um sistema adequado fosse implantado através do respectivo licenciamento.

Dentre os requisitos exigidos no art. 2º da DN 52/2001 podemos citar:

- disposição em local com solo de baixa permeabilidade, com declividade inferior a 30%, boas condições de acesso, a uma distância mínima de 300m de cursos d'água ou qualquer coleção hídrica e de 500m de núcleos populacionais, fora de margens de estrada, de erosões e de áreas de preservação permanente;
- sistema de drenagem de águas pluviais de modo a minimizar o ingresso das águas de chuva na massa de lixo aterrada;
- compactação e recobrimento do lixo com terra ou entulho, no mínimo, três vezes por semana;
- isolamento com cerca complementada por arbustos ou árvores que contribuam para dificultar o acesso de pessoas e animais;
- proibição da permanência de pessoas no local para fins de catação de lixo; \*
- responsável técnico pela implementação e supervisão das condições de operação do local, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica.

\* Alterado pela DN COPAM 67/2003, quando passou a vigorar com o seguinte texto: proibição da permanência de pessoas no local para fins de catação de materiais recicláveis, devendo o Município criar alternativas técnica, sanitária e ambientalmente adequadas para a realização das atividades de triagem de recicláveis, de forma a propiciar a manutenção de renda para as

Divisão de Saneamento – DISAN		Diretoria de Licenciamento de Infra-Estrutura - DIRINF
Autor: Dayse Oliveira Menezes Cristina Medeiros Jerônimo	Gerente: Denise Marília Bruschi	Diretor: José Flávio Mayrink Pereira
Assinatura: <i>Dayse Oliveira Menezes</i> Data: 24/17/2006	Assinatura: <i>Denise Marília Bruschi</i> Data: 25/07/2006	Assinatura: <i>Flávio Mayrink Pereira</i> Data: 26/07/2006

Diretoria de Licenciamento de Infra-Estrutura  
Diretor

**feam**

peças que sobrevivem dessa atividade, prioritariamente, pela implantação de programa de coleta seletiva em parceria com os catadores.

Nos anos seguintes à DN COPAM 52/2001, novos prazos foram dados para o cumprimento do disposto no art. 2º, conforme o cronograma abaixo:

Deliberação Normativa	Prazo estabelecido para cumprimento	Efeito para Autuações
DN COPAM 52/2001	Julho/2002	-
DN COPAM 56/2002	Dezembro/2002	Sem previsão de autuação
DN COPAM 67/2003	Julho/2004	Sem previsão de autuação
DN COPAM 75/2004	Outubro/2005	Sem prejuízos das sanções penais

Em novembro/2004 foram iniciadas as vistorias para verificação do cumprimento das medidas de minimização de impactos previstas na DN 52/2001. Na primeira fase foram vistoriados os municípios que não haviam enviado documentação alguma à FEAM, referente a relatórios de cumprimento das medidas minimizadoras e cadastro do responsável técnico, em seguida aqueles que enviaram relatórios ou documentos incompletos, e por último os que encaminharam toda documentação encerrando, desta forma, o ciclo de vistorias de fiscalização em Outubro/2005.

Todos os 853 municípios foram vistoriados e a lavratura dos autos de infração pertinentes se deu em 2005.

Em janeiro/2006 foram iniciadas as vistorias para comprovação das medidas técnicas apresentadas nas defesas tempestivas e intempestivas.

## 2 – DISCUSSÃO

O sistema de disposição final de resíduos sólidos do município de Água Comprida foi vistoriado em 30-11-2004 e, segundo informado, a área do depósito de lixo municipal encontrava-se em utilização há cerca de 10 (dez) anos na localidade conhecida como "Fazenda Quati", a 3 Km do centro urbano, com aproximadamente 1,5 há, alugada à Prefeitura, o técnico que realizou a vistoria constatou, que:

- o acesso ao local era realizado por estrada de asfalto, que se encontrava em boas condições de tráfego;
- havia placa de advertência no local;
- para o depósito eram destinados os resíduos de origem domiciliar, comercial e pública coletados três vezes por semana;
- os resíduos estavam depositados em vala e, segundo informado, a cada 6 meses era realizado o seu recobrimento porém, no momento da vistoria os resíduos encontravam-se expostos e com vestígios de queima;
- os resíduos de serviço de saúde estavam sendo incinerados no local gerado;
- haviam carcaças de animais, moscas e urubus;
- não havia sistema de drenagem pluvial;
- a cerca apresentava trechos danificados;
- não havia residências próximas à área;
- o abastecimento de água do município é de responsabilidade da COPASA, através de captação subterrânea em 3 poços tubulares; e
- no entorno da área do depósito, a qual apresentava topografia suave, eram predominantes as plantações de soja e pastagem.

O relatório de vistoria foi assinado pelo Secretário Administrativo da Prefeitura, Sr. José Humberto da Silva.

Rubrica do Autor

Julho/2006



Parecer Técnico DISAN 414866/2006  
Processo COPAM 11919/2005/001/2005

Tendo em vista a situação identificada e conforme estabelece a legislação vigente, fundamentado no artigo 19, parágrafo 1º, item 2, e no parágrafo 3º, item 6 do Decreto n.º 43.127/2002, que altera e consolida o Decreto n.º 39.424/1998, foi lavrado o AI n.º 15017/2005 contra a Prefeitura Municipal de Água Comprida, por descumprimento da Deliberação Normativa COPAM 52/2001, ao não adotar, no depósito de lixo, as medidas minimizadoras dos impactos ambientais determinados pelo artigo 2º dessa deliberação e ainda causar degradação ambiental pela disposição inadequada de resíduos sólidos em depósito a céu aberto – lixo.

Em 28-9-2005, a Prefeitura Municipal de Água Comprida apresentou defesa tempestiva ao referido Auto alegando, em síntese, que:

- a vistoria foi realizada em 30-11-2004, data essa, anterior à posse da atual administração; e
- foram tomadas as providências para a adequação do local para depósito do lixo urbano do município.

Foi apresentado em anexo à Defesa, o Termo de Posse do Prefeito e do Vice-Prefeito e a procuração que nomeia o Dr. Everson de Moraes Torres poderes para defender o município.

Feitas as considerações relacionadas, a Prefeitura Municipal solicitou:

- *suspensão do Auto de Infração Nº 15017/2005.*

Em nova vistoria realizada em 9-5-2006, constatou-se:

- a área do depósito de lixo era a mesma vistoriada anteriormente;
- o acesso era feito pela rodovia Cláudio Moreira de Almeida, em boas condições de tráfego;
- para o depósito estavam sendo destinados os resíduos sólidos urbanos de origem comercial, domiciliar e pública, depositados em vala sem recobrimento e havia vestígio de queima;
- os resíduos de serviço de saúde eram, segundo informado, incinerados na área do posto de saúde do município;
- não foi executado o sistema de drenagem de águas pluviais;
- não havia catadores na área do depósito;
- a área encontrava-se cercada com mourões de madeira e arame farpado, sem portão de acesso e sem placa de identificação;
- não havia residências próximas ao depósito de lixo; e
- o abastecimento de água do município é de responsabilidade da COPASA, através de poços artesianos fora das proximidades do depósito.

Para o acompanhamento da fiscalização, bem como prestação de outros esclarecimentos, a vistoria foi acompanhada pelo Prefeito, Sr. João Anivaldo Oliveira.

### 3- CONCLUSÃO

Em relação às alegações feitas pela Prefeitura Municipal de Água Comprida cabe esclarecer:

- na vistoria realizada em 9-5-2006, observou-se que os resíduos estavam dispostos em vala, mas sem recobrimento.

Dessa forma, submetemos este Parecer às considerações da Diretoria de Licenciamento de Infra-Estrutura – DIRINF e da CIF/COPAM, ouvida a Procuradoria.

Rubrica do Autor

Julho/2006



Parecer Técnico DISAN 414866/2006  
Processo COPAM 11919/2005/001/2005

**4 – ITENS DO ARTIGO 2º DA DN 52/2001 AINDA PENDENTES**

Tendo em vista a situação do depósito de lixo encontrado no dia 9-5-2006, considera-se essencial que o município cumpra as medidas minimizadoras dos impactos ambientais, tal como prevê a Deliberação Normativa COPAM nº 52/2001, a seguir:

2) *sistema de drenagem de águas pluviais de modo a minimizar o ingresso de águas de chuva na massa de lixo aterrado;*

3) *compactação e recobrimento do lixo com terra ou entulho, no mínimo, três vezes por semana; e*

4) *isolamento com cerca complementada por arbustos ou árvores que contribuam para dificultar o acesso de pessoas ou animais.*

E a seguinte recomendação:

- Não queimar os resíduos sólidos urbanos.



*Cluj*  
Rubrica do Autor

Julho/2006

Parecer Técnico DISAN 414866/2006  
Processo COPAM 11919/2005/001/2005

**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE



Processo nº: 11919/2005/001/2005

Assunto: Auto de Infração nº 15017/2005, lavrado contra a Prefeitura Municipal de Água Comprida (Depósito de Lixo)

## PARECER JURÍDICO

### I) RELATÓRIO

1 - A Prefeitura Municipal de Água Comprida, foi autuada como incurso no item 2, do § 1º, e no item 6, do § 3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02, pelas seguintes irregularidades: "Descumprimento da Deliberação Normativa COPAM nº 52/2001, ao não adotar no depósito de lixo as medidas minimizadoras dos impactos ambientais determinados pelo artigo 2º da referida Deliberação. Causar poluição ou degradação ambiental pelo lançamento de resíduos sólidos urbanos em depósitos a céu aberto - lixão."

2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a Prefeitura apresentou sua defesa, alegando em síntese que todas as providências para a adequação do local para depósito do lixo urbano do Município foram tomadas.

3 - O Parecer Técnico de fls. 21/24 informa que na vistoria realizada em 09/05/2006 foi constatado que os resíduos estavam sendo dispostos em vala, mas não estavam sendo recobertos, havendo vestígio de queima, e o sistema de águas pluviais não foi executado.

O Parecer Técnico também enumerou os itens da DN COPAM 52/01 ainda pendentes no depósito de lixo, e recomenda que seja suspensa a prática de queima dos resíduos sólidos urbanos.

### II) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, tendo em vista que a autuada não apresentou argumentações jurídicas capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos às seguintes autoridades:

- à **CIF/COPAM**, no que se refere à infração gravíssima (§ 3º, item 6), recomendando a aplicação de 01 (uma) penalidade de multa no valor de **R\$ 10.641,00**, nos termos do art. 1º, inciso III, alínea "a" (infração gravíssima, empreendimento de pequeno porte), c/c com o artigo 2º, § 1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03;

- à **Diretoria de Infra-Estrutura e Monitoramento da FEAM**, no que se refere à infração leve (§ 1º, item 2), recomendando a aplicação de 01 (uma) penalidade de advertência para que a Prefeitura possa sanar as irregularidades constatadas, comprovando junto a este órgão o cumprimento das medidas minimizadoras de impacto ambiental listadas nos incisos I a VI, do art. 2º, da DN COPAM 52/01, ainda pendentes, no prazo de até 90 (noventa) dias, conforme disposto na Deliberação Normativa COPAM nº 61/02, prazo este a ser fixado pela autoridade julgadora, sob pena de conversão da penalidade de advertência em penalidade de multa, no valor de **R\$ 403,41**, nos termos do artigo 1º, inciso I, alínea "a" (infração leve, empreendimento


A handwritten signature in the bottom right corner of the page.

de pequeno porte), c/c com o artigo 2º, § 1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03.



É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 27 de julho de 2006.

  
**Denise Bernardes Couto**  
**Consultora Jurídica**  
**OAB/MG nº 87.973**